

Casais d'El Rei no Rio Grande de São Pedrosetecentista: um olhar através dos registros paroquiais¹

Ana Silvia Volpi Scott[♦]

Dario Scott[♦]

A reflexão que se prioriza nesta comunicação remete ao estudo da população de origem açoriana que se fixou no Continente do Rio Grande de São Pedro entre os meados e os finais do século XVIII. Ainda hoje, à luz de novas metodologias e novos aportes teóricos, a historiografia gaúcha mais recente continua a debruçar-se sobre a “colonização de casais” e suas estratégias de inserção na sociedade no Brasil Meridional, trazendo à tona os questionamentos sobre o comportamento sociodemográfico das populações que vieram a ocupar e povoar a região. Nesta comunicação apresentaremos alguns resultados preliminares relativo à projeto de pesquisa em andamento, e que discute a existência de um regime demográfico restrito a este grupo populacional. Com base na exploração dos assentos de casamento e batismo relativo às freguesias de N. S. da Conceição de Viamão, N. S. da Madre de Deus de Porto Alegre procuraremos apontar as características relativas às práticas de casamento (grau de endogamia) e compadrio (estratégias de escolha de padrinhos e construção de redes). Algumas das análises efetuadas já apontam para a constatação de que, no caso da Madre de Deus, apesar de todas as ilhas terem contribuído para a ocupação e povoamento do território, os maiores contingentes eram naturais das Ilhas de São Jorge, Faial, Terceira e Pico. Esses dados preliminares apontam para a necessidade de aprofundar as análises e determinar se, e até que ponto, a origem geográfica comum foi variável a ser considerada na eleição dos cônjuges, no momento do matrimônio, e na escolha dos indivíduos que apadrinhavam seus filhos. Essa comunicação procurará dar elementos para a discussão dessa hipótese.

Esta comunicação está vinculada a uma discussão mais ampla relativa aos diferentes regimes demográficos que teriam caracterizado o passado brasileiro. Aventa-se a possibilidade da existência de um *regime demográfico restrito aos colonos açorianos*, caracterizado por formas de colonização peculiares baseadas em uma economia de regime familiar, reconstruídas na colônia, a partir da migração dos arquipélagos atlânticos nos meados do século XVIII. Testar esta hipótese compõe a tarefa primordial dessa investigação que está dando seus passos iniciais. Contudo, para esta apresentação discorreremos sobre um

¹Esta comunicação é parte do projeto *Gente das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro no século XVIII*, que conta com o auxílio da FAPERGS e do CNPq. Os autores agradecem a essas instituições pelo apoio financeiro concedido.

[♦]PPG História/ Unisinos (RS).

[♦] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Demografia / Unicamp (SP).

caso específico que lança questionamentos sobre as estratégias empreendidas pelas *gentes das ilhas*².

De acordo com estudos recentes que discutem a vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias do Rio Grande de São Pedro a partir dos meados do século XVIII e experiência migratória teria sido marcada por muitas dificuldades por conta da conjuntura da época (demarcação dos territórios subordinados às coroas ibéricas, p. ex.) assim como, por problemas ligados ao cumprimento das determinações régias de demarcação e distribuição das terras, instrumentos e demais quesitos prometidos para a fixação dos açorianos no novo território. Tal situação teria provocado uma grande instabilidade, gerando a necessidade de improvisação de novas formas de viver a fim de suportar as dificuldades (Graebin, 2006:203).

Iniciado pela vila do Rio Grande, os açorianos foram ocupando outros espaços (obedecendo a uma estratégia da Coroa portuguesa) alcançando as freguesias de Viamão, Porto Alegre e Rio Pardo. O fato de que a demarcação de terras só teria sido iniciada a partir de 1764 acarretou a instabilidade referida, e *uma vida em trânsito*, sem poder demorar muito em cada lugar, sem poder criar raízes, vivendo provisoriamente de um arranchamento para outro, esperando a concretização das promessas reais (Graebin, 2006:206-207).

Outra característica assinalada pela mesma autora aponta para o fato de que os “açorianos ficaram reduzidos à maior pobreza”, tendo em vista as contribuições que tiveram que fazer para as tropas da expedição de Gomes Freire de Andrada, que comandava a área submetida a inúmeros conflitos, seja com castelhanos, seja com as populações indígenas. Diante dessas condições precárias os colonos açorianos procuraram através do trabalho (em atividades variadas) encontrar os meios que garantissem a sobrevivência do grupo.

Muitos desses açorianos dedicaram-se à produção agrícola, plantando trigo, abóbora, feijão, couve cebola, mandioca, milho, frutas variadas. Em algumas propriedades havia moenda e moinho, este último para a produção de farinha de trigo, assim como atafona para produzir a farinha de mandioca. Criavam animais domésticos e, dependendo da região, poderiam dedicar-se à pesca. Alguns deles também se dedicaram ao tropeirismo. Em relação aos escravos, Graebinafirma que “a posse [...] era um fato entre parte dos açorianos” (2006:217).

² Chamamos a atenção para o fato de que Hameister (2006:) faz uma análise crítica em relação a essa expressão. Não cabe no momento entrar no mérito dela, mas é, sem dúvida, uma questão que merece ser aprofundada em outra oportunidade.

De todo modo, a imagem que fica é aquela que está em acordo com o princípio que norteia a hipótese de um regime demográfico peculiar, caracterizado por formas de colonização peculiares baseadas em uma *economia de regime familiar*, reconstruídas na colônia, a partir da migração dos arquipélagos atlânticos nos meados do século XVIII. Mas, até que ponto, essa afirmação se sustenta? Essa questão assume um lugar importante nessa pesquisa, especialmente ao lançar mão dos trabalhos de Martha Hameister que também se ocupa com o estudo dessa população de origem açoriana (no sentido geográfico do termo – aqueles que são naturais do arquipélago). A autora procura matizar esse quadro homogêneo de “pobreza generalizada” que teria sido a “marca” desse contingente migratório, focando sua atenção na percepção da diferenciação social nas famílias que saíram dos Açores e chegaram ao Continente do Rio Grande de São Pedro.

Além disso, Hameister aborda também a questão da motivação que teria estimulado a vinda dos ilhéus para o território português na América, revisitando o tema do “excesso de população” ou superpopulação, a partir de um enfoque diferente. Quando se argumentava que o arquipélago padecia desse problema, não quer dizer, necessariamente, que possuísse uma população numericamente exagerada em termos absolutos, mas sim que o exagero, ou desequilíbrio, estaria na relação desse número de habitantes com os recursos disponíveis, ou a disponibilidade das terras para a população lá radicada.

A partir desse ponto, Hameister acrescenta uma variável que joga outras luzes sobre essa discussão, ao refletir sobre o impacto que os regimes sucessórios não igualitários teriam sobre aquelas populações. Assim, considerando que o sistema de heranças e propriedades vigentes em Portugal excluía sistematicamente parcelas da população do acesso à terra, obrigando-os a abandonar a exploração agrícola (*Apud* Pedreira 1995, in Hameister 2006:207) pode-se entender que o excesso populacional vinculava-se aos desdobramentos de um regime de heranças que dava acesso restrito aos recursos disponíveis.

O deslocamento dessa população “excedente” resolvia a situação dos menos afortunados, aliviando a situação nas ilhas, ao mesmo tempo em que propiciava o acréscimo do número de povoadores para os territórios americanos. Por outro lado, também representava uma “válvula de escape” para os filhos segundos das famílias melhor posicionadas na hierarquia social, mas que eram preteridos no sistema sucessório em vigor, que privilegiava alguns filhos em detrimento de outros.

Nesse sentido há que se aprofundar a análise das diferenciações sociais existentes entre a população açoriana que migrou para os confins meridionais sob domínio luso, nos meados do século XVIII.

Nosso projeto conta com os dados relativos aos casamentos e batizados da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, assim como está em andamento a coleta de dados para as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e São José de Taquari. Uma análise preliminar aponta, como seria de esperar, a presença significativa de açorianos e seus descendentes na Madre de Deus. Analisando-se a referência às naturalidades de noivos(as) que se casaram na Madre de Deus (2.869 casamentos entre 1772-1835) e de pais e avós (paternos e maternos) arrolados nos assentos de batizados (9.047 batizados entre 1772-1825), que perfazem um total de 11.916 assentos coletados, temos 3.894 nos quais as ilhas e freguesias açorianas são citadas ou os Açores são mencionados de maneira genérica.

Isso significa que quase um terço dos indivíduos que casam ou nascem na Madre de Deus tem ascendência açoriana, e que as ilhas que mais contribuíram foram, respectivamente, São Jorge, Faial, Terceira e Pico. Esses dados preliminares apontam para a necessidade de aprofundar as análises e determinar, se possível, as condições sociais e econômicas desses indivíduos e famílias nas terras de origem e analisar suas estratégias de migração e de inserção no Rio Grande de São Pedro, atendendo ao fato de que, longe de ser homogêneo, este grupo de indivíduos e famílias originários do arquipélago teve diferentes motivações e trajetórias variadas desde a origem até a chegada e inserção no Continente de São Pedro. É este um dos objetivos que animam essa investigação, que também pretende avançar para a análise quantitativa do grupo de imigrantes. Propomos, então, a partir de análise agregadas sobre o contingente açoriano, recuperar, através do cruzamento nominativo, as informações relativas aos açorianos que se radicaram em algumas freguesias sul-riograndenses e tentar encontrar dados sobre esses indivíduos nas suas regiões de origem, através da exploração das bases de dados disponibilizadas para um conjunto de freguesias açorianas, trabalhadas pelo Grupo de História das Populações da Universidade do Minho, que compõe a equipe desse projeto³.

³ Profa. Dra. Carlota Santos (Universidade do Minho) e Prof. Dr. Paulo Matos (CHAM – Universidade Nova de Lisboa). Também participam do projeto o Dr. Gabriel Santos Berute (Bolsista PDJ-CNPq/Unisinos) e Gabriela Carvalho (Bolsista de IC – FAPERGS/ Unisinos).

Para essa comunicação faremos uma exploração preliminar dos assentos de casamento das três freguesias citadas, desde meados até finais do século XVIII.

A vinda dos “casais de ilhéus”

Em 31 de agosto de 1746 foi publicado pela coroa um edital que abria inscrições para os casais que se interessassem e quisessem partir para os domínios ultramarinos americanos. Tal documento estipulava uma série de privilégios e regalias aos que se propusessem a fazer a travessia para o outro lado do Atlântico, destacando-se o transporte por conta da Fazenda Real (das Ilhas até o local de destino). Porém, à partida a coroa já definia que tipo de população queria transportar e introduzir naquelas paragens os homens não deveriam ter mais de 40 anos de idade e as mulheres não poderiam ultrapassar os 30 anos (Santos, 1984:17).

O mesmo edital nos revela outras indicações importantes sobre o contingente populacional que seria deslocado e as determinações relativas ao mesmo⁴. Assim, ao desembarcar na colônia, as mulheres que tivessem idade superior a 12 anos e inferior a 20, casadas ou solteiras, receberiam cada uma 2\$400 de ajuda de custo. Os casais receberiam 1\$000 por filho. Aqueles que, entre os colonos, fossem artífices seriam contemplados com uma ajuda de 7\$200.

Nem só ajuda financeira os casais de ilhéus receberiam. A coroa havia prometido também que quando chegassem ao local destinado à sua fixação eles receberiam

“uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma encho, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua” (Santos, 1984:18).

Sem dúvida, em “enxoval” tentador para muitas dessas famílias que se dispunham a atender ao “chamado del Rei”. A coroa, além do mais, garantia no edital que enquanto os colonos preparassem suas roças e esperavam as primeiras colheitas, seriam sustentados pela Fazenda Real. Nesse quesito o edital asseverava que:

“[...] se lhes dará farinha que se entende basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não às crianças que não tiver sete anos; e as que tiverem até quatorze, se lhes dará a quarta e meia para cada mês [...]” (Santos, 1984:18).

⁴ Aqui retomamos as informações trazidas em Santos, 1984, entre as páginas 16-25.

Para mais, o edital, cada casal receberia uma data de terra de um quarto de légua quadrado, que corresponderia a 272 hectares. Em termos da população lusa, esse “pedaço de terra” equivaleria a um “imenso latifúndio”, ao lembrarmos que o tamanho médio da propriedade em Portugal era comparativamente menor: no Minho (região noroeste), área caracterizada pela dispersão da população em área intensamente povoada e, com maior densidade demográfica do país, era uma região de minifúndio e o tamanho médio da propriedade girava em torno de 2 hectares. Para a região do Alentejo (região sul), caracterizada por um povoamento de tipo concentrado, define-se como uma região de “grande propriedade”, com área média de 40 hectares. Ou seja, queremos crer que as promessas da coroa, especialmente em relação à distribuição de terras, comporiam um fator de grande atração para as populações radicadas nos territórios insulares, onde a terra era, comparativamente, muito escassa. Também, o edital permitia ainda solicitar mais terras ao governador, no caso daquelas famílias mais numerosas que precisassem de maior quantidade de terras para cultivar.

Devemos lembrar ainda outra promessa extremamente importante, considerando que a região meridional da colônia era uma área disputada pelas coroas ibéricas: o edital prometia isenção do serviço militar para os homens que viessem a se estabelecer naquelas partes do território.

O início dessa imigração/colonização dirigida aos rincões meridionais na colônia data de 1747, e teve como destino a região de Santa Catarina. Na região que corresponde ao atual estado do Rio Grande do Sul, as primeiras entradas datam de janeiro de 1752. E o local escolhido para o estabelecimento de 60 casais⁵ foi a freguesia de N. S. da Conceição de Viamão. Depois da fixação dos primeiros casais no porto de Viamão, foi nomeado seu comandante o Capitão Francisco Pereira Pinto, a quem o governador Pascoal de Azevedo remeteu, em 29 de maio de 1753, a quantia de 640\$000 para fazer frente às despesas com os referidos casais⁶.

⁵Segundo Santos (1984), o “Registro das ordens de sua Majestade para o situado dos casais neste estabelecimento” (documento publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1877, t. 40, I, p. 215), determinava que deveriam ser fixados em 60 casais em cada localidade de terras devolutas, onde se faria a distribuição das datas.

⁶ Idem Santos (1984), RIHGB, 1877, t. 40, I, p.225.

Contudo, as promessas demoraram a ser cumpridas na íntegra (quando o foram, de fato), como mostra o requerimento transcrito parcialmente e localizado no fundo Guia dos Casais:

Ano: 1768

Número: 16

Descrição: Manuel Jacinto Machado, casal de número vindo do Rio de Janeiro [“que não se lhe tem dado ferramentas nem arma que foi prometido pelos ditos que se puseram na dita cidade, que é o mesmo que se tem dado aos Casais das Ilhas, e como é muito pobre, não tem com que trabalhar”]. Foi concedido pelo Provedor. Viamão, julho de 1768.

Em relação à distribuição das datas de terra aos casais, sabemos que elas foram concedidas muitos anos depois da chegada dos primeiros colonos a Viamão. Um exemplo é o registro que temos para Manuel Machado Fagundes, que fazemos a transcrição parcial, com a grafia atualizada⁷:

“Registro de uma data de terras ao casal Manuel Machado Fagundes, como abaixo se declara – Senhor Governador diz Manuel Machado Fagundes Casal do número que por ordem de Vossa Senhoria lhe demarcou e entregou o Capitão Engenheiro as terras que constam da certidão junta e porque as quer possuir com título justo e ser um dos povoadores da Nova Villa Real de Santa Anna pede a Vossa Senhoria seja servido mandar lhe passar sua carta de data na forma das ordens de Sua Majestade e receberá mercê = Informe o Provedor da Fazenda Real. Viamão dezanove de agosto de mil setecentos e setenta = Figueiredo = Informe o Escrivão da Fazenda Real = Osório = Senhor Provedor da Fazenda Real o suplicante é casal dos transportados à custa da Real Fazenda, é o que posso informar a vossa mercê. Viamão dezanove de agosto de mil setecentos e setenta = Domingos de Lima Veiga = Senhor Coronel Governador, como o suplicante é casal, está nos termos da graça que pede lançando-se no livro das datas; Vossa Senhoria mandará o que for servido [?] a mão vinte de agosto de mil setecentos e setenta – Ignacio Osorio Vieira = Concedo ao suplicante em nome de Sua Majestade uma área superficial de terreno de duzentas e setenta mil braças quadradas que consta da Certidão aqui junta numero onze por mim rubricada, do Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha, com condição do suplicante povoar e cultivar vista a informação do Provedor da Fazenda Real, e este despacho lhe servirá como carta de data e se registre no livro delas na forma das reais ordens. Viamão vinte de agosto de mil setecentos e setenta = Figueiredo”

Seguindo essa linha de raciocínio é que apresentaremos algumas reflexões iniciais sobre o grupo de colonos açorianos que se instalaram nas vastas plagas do Rio Grande de São

Pedro, a partir da exploração dos assentos paroquiais de casamento para as freguesias de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Nossa Senhora da Conceição de Viamão e de São José de Taquari, entre os meados e os finais do século XVIII, cruzando, quando possível com outras fontes.

“Arranchando-se” nas terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão...

Os registros de casamento mais antigos que analisamos dizem respeito à freguesia de Viamão, sendo o primeiro assento datado do dia 01 de agosto de 1747. Contudo os dados disponíveis cobrem apenas ao período entre 1747 e 1759, por conta do estado de conservação dos livros de casamentos. Nesse período somam 123 assentos no total, distribuídos anualmente como revela a tabela 01.

Nossa Senhora da Conceição de Viamão	
Ano	Casamentos
1747	1
1748	4
1749	1
1750	9
1751	3
1752	6
1753	23
1754	5
1755	17
1756	16
1757	12
1758	14
1759	12
Total Geral⁸	123

Tabela 01 - Casamentos para Viamão 1747-1759

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Viamão (1747-1759)

O primeiro dado que chama a atenção é o aumento do número de casamentos a partir de 1753, que atinge o pico naquele ano (23 casamentos), embora o número médio de casamentos passe a girar em torno de 12 nos anos seguintes, enquanto no período anterior à chegada dos mesmos a média era de quatro casamentos ao ano. Sem dúvida tais mudanças

⁸ Excluídos os casamentos de escravos.

estão ligadas ao momento da chegada e instalação dos casais, que se deu em janeiro de 1752. Aqui fica claro o impacto demográfico da entrada desse contingente na questão da nupcialidade.

A análise da naturalidade dos noivos no revela dados interessantes. Inicialmente demonstra claramente que era uma região recém-incorporada aos domínios lusos, já que apenas 3% dos homens que se casaram na igreja da Nossa Senhora da Conceição de Viamão eram naturais do “Continente”. Quase a metade (47%) era proveniente de outras regiões da colônia. Os reinóis, isto é os noivos naturais de Portugal continental somavam 18%, enquanto que os naturais dos Açores compunham 22% do contingente de homens que se casaram naquela freguesia. Para os restantes 10% dos noivos a naturalidade não foi declarada.

Especificamente em relação aos noivos que eram naturais do Arquipélago dos Açores (29 no total), encontramos praticamente todas as ilhas representadas:

Nome da Ilha	Quantidade
Ilha de São Jorge	8
Ilha do Faial	7
Ilha Terceira	5
Ilha do Pico	4
Ilha Graciosa	1
Ilha de São Miguel	1
Ilha de Santa Maria	1
Ilha das Flores	1
Ilhas	1
Total	29

Tabela 02 – Origem dos Noivos

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Viamão (1747-1759)

No caso das noivas verificamos uma situação diferente. Primeiro ponto, diz respeito às mulheres naturais do “Continente do Rio Grande de São Pedro”, elas compunham 17% das noivas que foram recebidas em matrimônio da Igreja de Viamão. Ao contrário dos noivos, onde a presença de reinóis foi significativa, não se registrou nenhuma que fosse natural de Portugal continental. Um quinto (ou 20%) delas eram naturais de outras regiões da colônia, e em 12% dos casos a sua naturalidade não foi declarada. O que chama a atenção é o fato de que 30% das mulheres que se casaram na freguesia eram naturais do Arquipélago dos Açores. Das 40 noivas naturais dos Açores que tiveram seu matrimônio assentado nos livros de Viamão, encontramos um predomínio nítido daquelas provenientes das Ilhas de São Jorge e Faial, como revela a tabela abaixo.

Nome da Ilha	Quantidade
Ilha de São Jorge	14
Ilha do Faial	12
Ilha Terceira	8
Ilha de Santa Maria	3
Ilha do Pico	2
Ilha Graciosa	1
Total	40

Tabela 03 – Origem das Noivas

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Viamão (1747-1759)

Bem, pode-se argumentar que o mercado matrimonial se viu “muito agitado” com a entrada dessas mulheres... Mais do que serem brancas, vindas de Portugal Insular (um *capital simbólico* muito apreciado), elas “teoricamente” seriam muito atraentes aos candidatos a “marido” também por conta do “enxoval” que poderiam dispor, como mulheres vinculadas aos “casais del rei”, como muitos foram identificados nos assentos de casamento daquela freguesia.

É interessante, por outro lado, destacar alguns aspectos qualitativos dos assentos arrolados para Viamão no período estudado. Embora tenhamos o registro de inúmeros noivos e noivas naturais das ilhas açorianas, como se vê pelas tabelas acima, apenas em onze assentos o padre fez questão de identificar os noivos/ noivas como “*Casais del Rei*” e/ou filhos de “*Casais del Rei*”. Curioso é verificar também que desses onze assentos, registrados entre 01 de janeiro de 1753 e 01 de janeiro de 1757, praticamente todos eles se dão entre noivos e noivas naturais dos Açores, à exceção de um, em que a noiva é natural de Laguna (e para a qual não foi indicada a naturalidade dos pais).

Em todos os casos os noivos e/ou seus pais foram identificados neste grupo de casais. Repare-se que cinco dos casamentos se dão entre indivíduos da mesma ilha. Fica patente também o peso dos naturais da Ilha de São Jorge entre os que se identificaram como o grupo de *casais*.

Data casamento	Noivo	Naturalidade do noivo	Noiva	Naturalidade da noiva
1753-01-01	Manoel Machado Teixeira	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Maria Ignacia de Valença	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1753-10-23	João de Borba Machado	PT, Açores, Ilha Terceira	Mariana Teresa de Jesus	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1754-01-01	Caetano José	PT, Açores, Ilha Graciosa	Teresa de Jesus	PT, Açores, Ilha Graciosa
1754-07-01	José Teixeira Maciel	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Isabel Nunes	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1755-01-01	Andre Machado de Souza	PT, Açores, Ilha Terceira	Luzia Ignacia	PT, Açores, Ilha Terceira
1755-05-23	Manoel de Souza	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Maria de São José	PT, Açores, Ilha do Faial
1755-06-01	José Antonio	PT, Açores, Ilha do Faial	Luzia de São José	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1755-06-23	Antonio Gonçalves	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Luzia de Araujo	BR, SC, Laguna
1755-08-07	Vicente da Silva	PT, Açores, Ilha do Pico	Maria de São José	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1756-08-09	Francisco de Couto	PT, Açores, Ilha Terceira	Maria de São Francisco	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1757-01-01	João Homem	PT, Açores, Ilha Terceira	Anna Maria de São José	PT, Açores, Ilha Terceira

Tabela 04 – Casamentos em que se refere explicitamente o fato de serem “casais”

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Viamão (1747-1759)

São José de Taquari: a “povoação de açorianos”...

A historiografia tradicional que estuda a colonização açoriana no Rio Grande do Sul é unânime em afirmar que *“Taquari foi identificada como a primeira cidade açoriana do Rio Grande do Sul, pelo historiador General João Borges Fortes, em sua obra ‘Os casais açorianos’. Não temos conhecimento de nenhum historiador que discorde dessa posição”* (Santos, 2007:48).

O governador José Custódio teria enviado para Taquari um grupo de 60 casais vindos das ilhas açorianas. Entre 1767 (ano de sua instalação) até 1800, registraram-se 222 assentos de casamento, como informa a tabela abaixo:

BR, RS, Freguesia de São José de Taquari	
Ano	Casamentos
1767	4
1768	1
1769	5
1770	4
1771	5
1772	2
1773	7
1774	3
1775	5
1776	6
1777	1
1778	9
1779	13
1780	5

1781	9
1782	3
1783	7
1784	8
1785	4
1786	8
1787	5
1788	9
1789	8
1790	7
1791	5
1792	11
1793	7
1794	11
1795	13
1796	8
1797	5
1798	8
1799	11
1800	5
Total Geral	222

Tabela 05 - Casamentos para Taquari 1767-1800

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Taquari (1767-1800)

Do total, 94 noivos eram do Continente (43,1%), 42 naturais de outras partes da colônia (19,2%), 37 noivos naturais das ilhas açorianas (17,0%) e 11 naturais de Portugal continental (5,1%). Por fim, 34 não tiveram naturalidade declarada (15,6%)⁹.

Entre os noivos naturais do arquipélago, encontramos a seguinte distribuição:

Nome da Ilha	Quantidade
Ilha de São Jorge	14
Ilha do Faial	11
Ilha Terceira	5
Ilha de Santa Maria	2
Ilha do Pico	2
Ilha Graciosa	2
Ilha de São Miguel	1
Total	37

Tabela 06 – Origem dos Noivos

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Taquari (1767-1800)

⁹ Excluídos os casamentos de escravos e de um indivíduo natural da Espanha.

No caso das noivas que se casaram na igreja de Taquari temos 151 (69,0%) que são do Continente de São Pedro, 13 naturais das ilhas do Açores (5,9%), 19 de outras localidades da colônia (8,7%) e apenas 1 (0,5%) natural de Portugal continental. Noivas sem naturalidade identificada somaram 35 casos (15,9%)¹⁰.

Nome da Ilha	Quantidade
Ilha do Faial	8
Ilha de São Jorge	2
Ilha Terceira	2
Ilha do Pico	1
Total	13

Tabela 07 – Origem das Noivas

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Taquari (1767-1800)

Vejamos os enlaces que uniram, pelo menos, um dos cônjuges naturais das ilhas dos Açores. Diferentemente do que ocorreu em Viamão, que infelizmente, tem casamentos registrados em um intervalo menor, no caso de Taquari, em nenhuma oportunidade o padre que fez o assento julgou necessário identificar qualquer dos indivíduos naturais do arquipélago como “casais del rei”, possivelmente pelo fato de ser, à partida, criada para acolher esses casais. Mais ainda, e o que chama a atenção paradoxalmente, é o fato de verificar-se uma quantidade reduzida de noivas naturais das ilhas. Aqui, ficou claro que os noivos escolhiam suas respectivas esposas, majoritariamente entre aquelas naturais do Continente.

¹⁰ Excluídos os casamentos de noivas escravas.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

Data casamento	Noivo	Naturalidade do noivo	Noiva	Naturalidade da noiva
1767-03-19	Matheus Teyxeira Fagundes	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Francisca Maria de Bettancure	BR, SC, Laguna
1767-04-16	Lourenço de Quadros	PT, Açores, Ilha Graciosa	Esperanca Maria do Espírito Santo	BR, SC, Santa Catarina
1767-11-08	Francisco Joze	PT, Açores, Ilha do Faial	Maria de Jezus	PT, Açores, Ilha Terceira
1768-01-24	Manoel Pereyra da Lus	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Ignacia Maria de Jezus	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1769-05-09	Francisco de Souza	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Ricarda Maria	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1769-08-09	Antonio Dornellas	PT, Açores, Ilha Terceira	Maria do Rozario	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1769-09-27	Antonio Dias Gonçalves	PT, Açores, Ilha do Faial	Maria do Nascimento	BR, RS, Rio Grande
1769-09-28	Manoel Ignacio	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Maria Tereza do Espírito Santo	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1769-11-07	Manoel da Sylva	PT, Açores, Ilha do Faial	Antonia Maria de Bettancur	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1770-04-08	Paulo Ferreyra	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Brizida Maria de Jezus	BR, RS, Freguesia da Conceição de Viamão
1770-05-03	Manoel Machado de Souza	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Escolastica do Rozario	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1771-09-21	Antonio de Souza	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Anna Maria	
1771-11-11	Antonio Francisco da Silveira	PT, Açores, Ilha do Faial	Getrudes Maria do Rozario	PT, Açores, Ilha Terceira
1772-02-27	João Francisco de Medeiros Braga	PT, Açores, Ilha de São Miguel	Maria Magdalena de Oliveira	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1773-08-02	Andre Machado Alz'	PT, Açores, Ilha Terceira	Ana Maria de San Francisco	BR, RJ, Freg. de Santa Sita do Rio de Janeiro
1773-09-16	Lourenco Machado	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Luzia Ignacia da Conceissam	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1773-10-11	Pedro Joze de Mendonca	PT, Açores, Ilha Graciosa	Francisca da Silva	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1773-10-18	Andre Machado	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Anna do Rozario	BR, RS, Rio Grande
1773-12-22	Joze Silveira de Castro	PT, Açores, Ilha do Faial	Anna Maria	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1775-07-16	Francisco Gomes Parreira	PT, Castro Avelães, Bispado de Bragança	Maria Ignacia Faria de Lacerda	PT, Açores, Ilha do Faial
1775-11-05	Antonio da Costa Machado	PT, Açores, Ilha Terceira	Brizida Maria	BR, RS, Rio Pardo
1776-07-14	Jacinto Rodrigues Jaques	PT, Açores, Ilha do Faial	Anna Maria	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1776-11-01	Joam Rodrigues	PT, Vila do Conde, Arcebispado de Braga	Maria Anna de Jesus	PT, Açores, Ilha do Pico
1777-07-17	Manoel Joze	PT, Açores, Ilha do Faial	Josefa Tereza	PT, Açores, Ilha do Faial
1778-05-15	Joze de Souza Murer	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Roza Maria de Jezus	BR, RS, Rio Grande
1778-11-09	Joze Machado de Souza	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Joana Maria do Rozario	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1779-04-12	Manoel Joze	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo	Vicencia Maria	PT, Açores, Ilha do Faial
1779-07-11	Mathias da Costa Leyre	PT, Açores, Ilha de Santa Maria	Maria Sylveyra	PT, Açores, Ilha do Faial
1779-08-12	Joze de Souza Dias do Nascimento	PT, Açores, Ilha do Faial	Roza Maria	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1779-11-08	Felipe de Souza Pedrozo	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Maria Thereza de Jezus	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1779-11-22	Manoel Silveira Dutra	PT, Açores, Ilha do Faial	Ritta Maria	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1780-08-19	Joam Pedro	PT, Açores, Ilha de Santa Maria	Anna Maria	BR, SC, Ilha de Santa Catarina
1782-05-30	Guabriel de Souza Santiago	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo	Roza Maria de Jezus	PT, Açores, Ilha do Faial
1784-06-20	Francisco Antonio de Vargas	BR, RS, Rio Pardo	Marianna Roza de Jezus	PT, Açores, Ilha do Faial
1784-09-04	Leandro Pereira da Silva	PT, Açores, Ilha do Faial	Perpetua Roza de Jezus	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1787-06-10	Joam Vieira do Amaral	PT, Açores, Ilha do Pico	Anna Maria	
1787-10-08	João Teixeira Machado	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Emerencianna Maria do Rozario	BR, RS, Freguesia de São José de Taquari
1788-01-28	Joaó Machado Alveres	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Izabel Francisca de Bitancurt	PT, Açores, Ilha de São Jorge
1791-01-09	Francisco Antonio de Souza	BR, RS, Porto Alegre, Nossa Senhora da Madre de Deus	Bibiana Maria	PT, Açores, Ilha do Faial
1791-08-23	Francisco Correa Serafana	PT, Açores, Ilha do Faial	Antonia Leite de Oliveira	BR, RS, Nossa Senhora da Conceição de Viamão
1792-06-11	Joaquim Joze de Andrade	PT, Açores, Ilha Terceira	Clara Maria de Jezus	BR, RS, Freguesia de São José de Taquari
1795-11-01	Manoel Dutra Pareia	PT, Açores, Ilha do Pico	Escolastica do Rozario	BR, RS, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo
1796-11-27	Manoel Garcia da Roza	BR, RS, Freguesia de São José de Taquari	Rozaura Maria da Conceição	PT, Açores, Ilha do Faial
1798-06-13	Miguel Ignacio da Silva	PT, Açores, Ilha Terceira	Francisca de Jezus	BR, RS, Freguesia de São José de Taquari

Tabela 08 – Casamentos com, pelo menos um cônjuge natural das Ilhas

Fonte: Livro de Assentos de Casamento de Taquari (1767-1800)

O Porto dos Casais que se transforma na Madre de Deus...

O território que dá origem à cidade de Porto Alegre estava vinculado à freguesia de Viamão, e o enorme espaço articulado em torno daquela freguesia era conhecido como Campos de Viamão, que havia sido ocupado desde a década de 1730 por grandes proprietários de rebanhos. Em 1763, com a invasão da vila de Rio Grande pelas tropas espanholas, Viamão recebeu a Câmara municipal e se tornou a capital do Rio Grande de São Pedro. Contudo, por decisão do então governador, José Marcelino de Figueiredo, a Câmara foi transferida para o Porto dos Casais, o povoado formado por *casais de número* (os casais açorianos), que se transformou na Freguesia da Madre de Deus.

Em estudo recente sobre a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre Luciano Costa Gomes, o autor afirma que a localidade passava, na segunda metade do século XVIII por um momento de intenso crescimento, registrando entre 1780 e 1802 uma taxa de 4%. Além disso,

o mesmo autor, como outros antes dele já o fizeram, chama a atenção para a situação inusitada daquela freguesia: era a capital com Câmara, mas não era uma vila, condição que só alcançaria oficialmente no final da primeira década dos oitocentos (Gomes, 2012:32).

A população teria, segundo estimativas apresentadas, mais que dobrado naquele intervalo (entre 1772 e 1802 teria crescido 122%), e tal mudança também significou o incremento da população cativa, que passou de 30% para 40% do total dos habitantes da freguesia. Gomes argumenta que tais indicadores revelam a consolidação de Porto Alegre como centro administrativo, comercial e logístico no conjunto do Continente do Rio Grande de São Pedro (Gomes, 2012:38).

Em estudo mais antigo relativo à evolução histórica de Porto Alegre, Sandra Pesavento propõe uma cronologia para a construção histórico-social de Porto Alegre, que remontando às origens, das estâncias de criação de gado à vila açoriana. As informações disponibilizadas sobre tal período são de grande valia para conhecermos o cenário onde as populações se instalaram e as mudanças que caracterizaram o processo ocupação e povoamento da área. Especificamente sobre o último quartel do século XVIII afirma que, a partir de 1772, foram distribuídas terras aos colonos açorianos arranchados, reservando-se uma área (denominada de Alto da Praia, que corresponde a atual Praça da Matriz) para a instalação dos primeiros equipamentos públicos, sedimentando um centro cívico. A partir daí, a ocupação da península expandia-se, com a diversificação do espaço que se categorizaria, a partir das vivências coletivas: Praia do Arsenal, Beco dos Marinheiros. De um povoado tranquilo, na encruzilhada dos caminhos, a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre seria alçada a Capital do “Continente” em 1773, vila em 1809 e cidade em 1822. Assim, para Pesavento

“[...]Porto Alegre crescia e tornava-se mais agitada. Na ponta de península concentrou-se a vida urbana: lá no Alto da Praia erguiam-se os principais edifícios coletivos. Ao longo do rio, o comércio e a vida citadina estabeleceram-se. Mesmo depois de demolidas as muralhas, no período de paz que se seguiu à expulsão dos espanhóis, permaneceram no imaginário coletivo a antiga linha divisória que delimitava o urbano e o rural [...]” Pesavento, 1991.

Ambos os autores apresentam o quadro dinâmico que a freguesia, alçada à Capital havia passado no último quartel do século XVIII.

Neste contexto de transformação, inserimos a análise das fontes referenciadas, cujos resultados parciais, baseados na exploração da série de casamento relativa à freguesia da

Madre de Deus de Porto Alegre, apontam a presença significativa de açorianos e seus descendentes. Contudo, observemos inicialmente a distribuição anual dos casamentos, entre 1772 e 1800.

BR, RS, Porto Alegre, Nossa Senhora da Madre de Deus	
Ano	Casamentos
1772	8
1773	18
1774	14
1775	9
1776	10
1777	4
1778	10
1779	21
1780	15
1781	12
1782	15
1783	14
1784	16
1785	13
1786	16
1787	12
1788	21
1789	27
1790	26
1791	30
1792	39
1793	30
1794	30
1795	33
1796	34
1797	17
1798	21
1799	24
1800	33
Total Geral	572

Tabela 09 - Distribuição dos casamentos por ano

Fonte: Livro de Assentos de Casamento da Madre de Deus (1772-1800)

A naturalidade dos noivos que se casaram nesse intervalo distribui-se da seguinte maneira. Cerca de 15% não tiveram sua naturalidade declarada e/ou identificada com certeza.

Predominavam os noivos de outras regiões da colônia, num percentual de 26,6%, seguidos de perto pelos naturais do Continente (25,2%). Ilhéus somavam apenas 10% dos homens que se casaram na Madre de Deus e os de Portugal continental 18,5%¹¹.

Entre os ilhéus que se casaram na Madre de Deus, destaca-se a posição menos importante dos naturais de São Jorge, que nas freguesias anteriores estavam nas primeiras colocações.

Ilha	Quantidade
Ilha do Faial	20
Ilha Terceira	10
Ilha de São Miguel	7
Ilha de São Jorge	7
Ilha da Graciosa	4
Ilha de Santa Maria	3
Ilha do Pico	2
Total Geral	53

Tabela 10 – Origem dos Noivos

Fonte: Livro de Assentos de Casamento da Madre de Deus (1772-1800)

As mulheres que se casaram na Madre de Deus eram na maioria naturais do Continente, numa proporção de 59,3%. O distante segundo lugar era ocupado pelos casos nos quais não foi declarada a naturalidade e/ou a mesma não foi identificada com segurança, que reuniam 19,8% das noivas. De outras regiões da colônia eram 12,2%. As naturais do arquipélago dos Açores eram apenas 4,7% do total (ou 27 mulheres) e apenas 0,5% eram de Portugal continental¹².

Ilha	Quantidade
Ilha do Faial	14
Ilha Terceira	8
Ilha da Graciosa	2
Ilha de São Jorge	1
Ilha de Santa Maria	1
Ilha do Pico	1
Total Geral	27

Tabela 11 – Origem das Noivas

Fonte: Livro de Assentos de Casamento da Madre de Deus (1772-1800)

¹¹ Excluídos os africanos.

¹² Excluídas as africanas e outras.

Predominavam, portanto, as mulheres naturais da Ilha do Faial e Terceira, repetindo a situação encontrada para os homens.

Mais do que isso, os primeiros resultados apontam que praticamente todas as ilhas forneceram povoadores para a ocupação da região, embora as que mais tenham contribuído tenham sido respectivamente: a Ilha de São Jorge, a Ilha do Faial, a Ilha Terceira e a Ilha do Pico, nas três freguesias analisadas.

Considerações finais

A análise dos dados aqui apresentados, apesar de seu caráter inicial, permite fazer alguns apontamentos. Com base na exploração das séries de casamentos está explícito o impacto demográfico que para *Viamão* representou a chegada dos colonos açorianos, observável no aumento sensível do total de casamentos registrados. Somente o pároco desta localidade fez questão de indicar claramente qual parcela dos imigrantes eram de fato “Casais d’El Rei”. Para os demais, era apenas indicado o nome da Ilha de procedência. Se esta hipótese se sustenta, estaria de acordo com a tipologia da migração indicada no início do texto, que distingue três possibilidades: a espontânea, a dirigida e a clandestina, sendo esse conjunto, portanto, identificado como pertencente ao segundo grupo (imigração dirigida), aqueles que vieram sob o patrocínio da coroa.

Quanto à freguesia de *São José de Taquari*, que é identificada pela historiografia como a única que “nasceu” açoriana, a questão que fica é: onde estão as noivas açorianas? Como constatamos, estas representavam cerca de 6% do total de mulheres que se casaram nas freguesias analisadas. Nesta localidade, quanto nas demais, a verificação das naturalidades dos pais das noivas, em momento oportuno, permitirá uma avaliação mais precisa do peso da ascendência açoriana no mercado matrimonial da zona estudada.

Para a *Madre de Deus* pouco foi o impacto causado pelos ilhéus no que diz respeito ao casamento, tanto para homens, quanto para as mulheres. Esse impacto pode ter sido diluído pelo fato da freguesia ser o núcleo “mais urbanizado”, “capital do Continente”, mesmo que sem ser vila e, por conseguinte, ser um centro de atração para muitos contingentes populacionais. Eventualmente também aqui a análise dos pais dos ilhéus que se casaram na *Madre de Deus* faria subir consideravelmente o peso desse grupo em relação aos demais.

De todo modo, há ainda um longo caminho a ser percorrido para conhecer a magnitude do impacto da entrada desse contingente, sobretudo porque, como vimos

anteriormente em nenhum outro momento, além dos meados do XVIII, houve uma “leva” tão concentrada no tempo... E essa hipótese fica mais ou menos comprovada para o caso de Viamão, que recebeu um fluxo mais denso e que, sim, repercutiu no aumento dos casamentos, logo no ano seguinte da entrada dos colonos.

Com certeza, a partir do momento que pudermos cruzar esses dados, no nível nominativo, com outras fontes (tais como, relação de moradores, testamentos e cartas da data), poderemos problematizar com muito mais elementos, a questão da existência ou não do regime demográfico restrito aos colonos açorianos. No mesmo sentido, cabe sublinhar que os registros de batismo, casamento e óbito referentes às freguesias de Viamão e Taquari ainda estão em fase de cadastramento. Na medida em que estes assentos forem disponibilizados para a análise, poderemos realizar uma avaliação mais apurada e apresentar resultados mais consistentes – o que será possível fazer mais rapidamente para a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, para a qual acabamos de concluir o cadastramento dos registros vitais até as três primeiras décadas do século XIX.

Referências:

- Gomes, L.C. (2012). Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS.
- Graebin, C. M. G. (2004). Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, UNISINOS.
- Graebin, C. M. G. (2006). Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminho. Boeira, N & Golin, T. (Coord.) História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia (Vol. 1), p. 203-224
- Hameister, M. D. (2006). Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Depto. de História. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Laytano, Dante de. Guia Histórico de Rio Pardo. Porto Alegre: Editora AGE, 1979. 21
- Marcílio, M. L. (1984). Sistemas Demográficos no Brasil do século XIX. População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais. M. L. Marcílio. Petrópolis: Vozes, p.193-207.
- Nadalin, S. O. (2003). A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. Topoi - Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ4(7): 222-275.
- Nadalin, S. O. (2004). História e Demografia: elementos para um diálogo. Campinas, Associação Brasileira de Estudos de População - ABEP.

- Nadalin, S. O. et al. (2009). Más alla del Centro-Sur: por una historia de la población colonial en los extremos de los domínios portugueses en América (siglos XVII-XIX). In: Dora Celton; Mónica Ghirardi; Adrián Carbonetti. (Org.). Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación. Rio de Janeiro: ALAP Editor: 137-153
- Osório, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura
- Pesavento, Sandra J. (ed.) 1991. Memória Porto Alegre: espaços e vivências. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Pref. Municipal de Porto Alegre.
- portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. T. D. Niterói: UFF, 1999.
- Santos, C. M. Economia e sociedade do Rio Grande do Sul, século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- Santos, N.R. Taquari – primeira cidade açoriana. In: Rocha, S. I. (org.). Açorianos no Rio Grande do Sul, Brasil II. Porto Alegre: Edições Caravela, 2007, 39-71.